

### 3.

## Juventude, Pobreza e Subjetividade

Na última década tem aumentado o debate acerca do que fazer com os adolescentes infratores.

Neste capítulo pretendemos apresentar ao leitor o perfil dos jovens que cometem atos infracionais. Esses são, em grande parte, moradores das áreas urbanas pobres do Rio de Janeiro.

A população que ocupa o sistema socioeducativo, e suas famílias, são justamente quem mais sofre com a carência de políticas públicas básicas. Vivem próximas à linha da pobreza, em moradias precárias, sem acesso a saneamento, saúde e educação de qualidade. Na falta da presença do Estado, o tráfico aparece como uma opção tentadora para a sobrevivência.

Por outro lado, as favelas também se mostram como lugares de criação e solidariedade, onde as famílias são capazes de construir redes de relações e de ajuda mútua. No entanto, a presença do tráfico de drogas é uma ameaça à convivência, delimita territórios, promove invasões e tiroteios entre facções e com a polícia. Dilacera famílias.

Qual é o impacto da violência na vida dessas crianças e jovens?

### 3.1 Quem cumpre medida socioeducativa

Se um jovem, com idade entre doze e dezessete anos, comete algum ato, descrito como crime no código penal, ele é então um jovem em conflito com a lei, um infrator.

Embora nesses casos o adolescente seja considerado inimputável, depois de “sua passagem pelo Juizado” ele se vê como alguém que agora “*tem passagem*”<sup>6</sup>. Ele também acredita que os outros (os que tomaram conhecimento de que ele foi parar na delegacia) agora o vêm de forma diferente, mesmo que haja o jargão: “é segredo de Justiça e que vai ser arquivado, “*não vai ficar na ficha*”, depois que ele fizer dezoito anos, “*a ficha fica limpa*”.

---

<sup>6</sup> Quando popularmente se diz que alguém “tem passagem”, entende-se que este já passou pela polícia, ficou “fichado”, o que desperta um sentimento de que ele seja um criminoso, não um “cidadão de bem”.

O adolescente infrator passa a carregar um traço ou característica pessoal que o diferencia de adolescentes comuns, mesmo que ele cumpra uma medida não restritiva de liberdade. É comum escutar deles que em sua passagem pelo juizado, estão “*pagando o que devem à justiça*”.

Se o adolescente tiver que cumprir medida de internação, refere-se à ela como prisão, privação de liberdade. Na prática, as instituições não são adequadas.

O Estatuto deixa claro que a medida socioeducativa deve ter caráter pedagógico, de modo que o jovem possa responsabilizar-se pelo seu ato infracional, e que, portanto, não teria caráter penal. No entanto, o sistema socioeducativo é deficiente na maior parte do Brasil. Soma-se a isto o estigma de infrator, que ele carregará durante algum tempo, se deste conseguir livrar-se algum dia.

Os esforços de humanização do passado, buscando sobrepor a educação à punição dos menores de idade, vêm perdendo força diante dos desafios de governabilidade impostos pelo acelerado crescimento das cidades e pela escalada de violência agravada pelo fácil acesso a drogas e arma (Irene Rizzini, Caminhos para além das grades de ferro, 2005, p.9).

Para darmos um panorama dos últimos anos - segundo o diretor do Degase à época, Judá Jessé, de Janeiro de 1996 até abril de 1997, o número de internações determinadas pela 2ª Vara nunca havia ultrapassado o número de vagas. No entanto, em seis meses - a partir de maio de 1997-, o número de internações já era maior que o número de vagas. Neste período, o número de internos cresceu mais rápido que a capacidade do Poder Público de criar novas vagas (Arantes, 2000, p.69).

A superlotação provocou inúmeras rebeliões, que acusavam a “inutilidade prática da aplicação abusiva da internação”. Neste mesmo período verificou-se um aumento significativo dos casos análogos aos crimes previstos na Lei de Entorpecentes (Arantes, 2000, p.70).

Recentemente, numa “pesquisa sobre a criminalização por drogas no Rio de Janeiro, verificou-se que em 1968 menos de 8% dos adolescentes eram envolvidos em atos infracionais relativos a drogas, em 1983 esse número já dobrara para 16%, hoje as autuações por drogas são mais de 50% do número total de jovens encaminhados para o sistema” (Batista, 2003, p.2).

Tais indicativos nos apontam uma mudança na tipologia dos atos infracionais cometidos por adolescentes no Rio de Janeiro.

### 3.2 A juventude carioca em meio à violência e ao tráfico de drogas

Desde já é preciso deixar claro que não se trata de circunscrever a questão da delinquência à uma classe, nem reduzi-la à uma patologia social. Em regiões dominadas pelo tráfico, muitos moradores que nada têm a ver com o comércio de drogas, podem se ver limitados no seu direito de “ir e vir”, que culmina na situação de isolamento em suas próprias casas.

São obrigados a obedecerem à “lei do silêncio” e a quaisquer outras leis impostas pela facção, pois não reconhecem nas instâncias protetoras do Estado, a garantia de seus direitos fundamentais. Há que se levar em consideração também, o comportamento da polícia, que muitas vezes age de forma violenta e corrupta.

Com o aumento das áreas urbanas pobres nos últimos anos, aliado à falta de presença do aparato Estatal nas comunidades, as facções criminosas encontraram terreno fértil para se enraizarem. O Globo publicou:

Em nove anos, 1999 a 2008, as favelas do município do Rio de Janeiro se expandiram por uma área de cerca de três milhões de metros quadrados. O número calculado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) com base em fotos de satélite, no entanto, não revela o real crescimento das favelas, já que a verticalização (construção sobre lajes) e o adensamento (casas que surgem no meio de outras) não podem ser avaliados pelas imagens (Jornal O Globo, 30/06/09, p.16).

Morando em regiões comandadas pelo tráfico e marcadas por demonstrações cotidianas de poder, muitos já perderam parentes, vítimas de “bala perdida”, assalto, pessoas que foram confundidas com bandidos ou até mesmo que se envolveram em atividade ilícitas.

Waiselfisz (2008), no Mapa da Violência IV “se propõe a traçar um panorama da evolução da mortalidade da juventude brasileira e, mais especificamente da mortalidade derivada de situações violentas: homicídios, acidentes de transporte, suicídio e uso de armas de fogo”, “com análise dos dados referentes às Regiões Metropolitanas (RM) do país e à incidência do fator raça/cor nos diversos tipos de óbitos violentos estudados”, entre o ano de 1998 e 2002.

O estudo verifica que desde 1980 os avanços da violência homicida no Brasil tiveram como eixo a vitimização de jovens. Na faixa dos 14 anos o número de vítimas de homicídio aumenta rapidamente, até atingir o seu ponto máximo na faixa dos 20 anos. Na faixa acima de 20 anos o índice cai, gradualmente.

Em estados como Pernambuco, Espírito Santo e Rio de Janeiro, os homicídios foram responsáveis por mais da metade do número de jovens mortos no ano de 2002.

Ao fazer a comparação de raça/cor, o estudo percebe que há mais vítimas na população parda ou negra, do sexo masculino. No Rio de Janeiro, o índice de homicídios por arma de fogo, na faixa jovem, que compreende a população de 14 a 24 anos, se aproxima dos 90%. No número total de óbitos, gira em torno de 50%.

Quanto menor o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), maiores são as taxas de homicídios. O estudo constata que nas últimas décadas no Brasil, o aumento no índice de homicídios é explicado exclusivamente pelo crescimento do número de homicídios contra a juventude, principalmente do sexo masculino e de raça negra.

Ao longo dos anos, o uso de armas de fogo como instrumento de letalidade vem crescendo assustadoramente, fundamentalmente na população jovem.

Em 2006, um relatório da CPI sobre Organizações Criminosas do Tráfico de Armas, do Congresso Nacional,

revelou que: 86% das armas usadas no crime no Rio tinham origem legal, saído de lojas, empresas de segurança privada e forças públicas de segurança, como polícias estaduais e Forças Armadas. O caminho que o armamento pesado percorre até chegar ao traficante é conhecido pelas autoridades brasileiras. Um levantamento feito pela Subcomissão Especial de Armas e Munições da Câmara dos Deputados em Brasília, mostrou de onde saem as armas que abastecem os criminosos no Rio (O Globo, 22/10/2009, p.15).

Se por um lado os estudos acerca da violência nos mostram o aumento no número de homicídios em todo o Brasil, um estudo realizado pela ONG Human Rights Watch (WHR), aponta a violência da polícia no Rio de Janeiro.

O estudo revela que no ano de 2008, “o Rio teve 1.137 homicídios cometidos por policiais durante o expediente ou fora dele (como membros de milícia ou fazendo segurança particular). Em São Paulo o índice foi de 397. Em todos os Estados Unidos a polícia matou 371 pessoas. O documento mostra ainda que, para cada suspeito morto por policiais no Rio, estes conseguiram prender 23. Em São Paulo (...): 348 detidos para cada morto. Nos EUA, a proporção foi de 37.351 presos por cada morto” (Jornal O Globo, 09/12/2009, p.12).

Vemos portanto que a questão da violência é muito mais complexa do que se pode imaginar. Não se trata de definir como uma luta do “bem contra o mal”. É preciso se ter em mente que, para a polícia funcionar, treinamento e condições dignas de trabalho são imprescindíveis. A corrupção deve ser inaceitável. Mas infelizmente sabemos que os policiais também não são atendidos dignamente pelo Estado. Isto em si, não justifica a corrupção de muitos deles, mas não deixa de ser uma explicação para a compreensão dessa conduta.

Além disso, os veículos de comunicação nos trazem com certa frequência, notícias que num primeiro momento parecem distantes da realidade, justamente pelo impacto que provocaram na população. Podemos citar alguns exemplos de notícias da última década, largamente divulgadas nos mais diversos meios de comunicação, só para ilustrar o que não deve cair no esquecimento.

- Sequestro do ônibus 174, em junho de 2000. O ônibus da linha Central-Gávea é assaltado e cercado por policiais na Rua Jardim Botânico, após uma tarde inteira de negociações para a libertação de reféns, a ação da polícia termina de forma trágica, com a morte de uma refém, e conseqüentemente com a morte do assaltante. O assaltante, Sandro, teve a mãe morta diante dos seus olhos em São Gonçalo quando era criança, passou por internações no sistema socioeducativo, era um sobrevivente da chacina da candelária<sup>7</sup>.

- A morte do menino João Hélio, em fevereiro de 2007. O carro onde estava com a mãe e a irmã foi roubado, sua mãe não conseguiu soltar o menino de seis anos do cinto de segurança no banco de trás do carro e ele foi arrastado por cerca de 7 km. Motoristas tentaram sinalizar, mas os assaltantes disseram que era um “boneco de Judas”. Foram presos e condenados em menos de um ano, entre eles um adolescente<sup>8</sup>.

- Mais um menino João, de três anos de idade, também no carro da família, mas dessa vez confundido por policiais com o carro dos bandidos que estavam perseguindo. Nas ruas da Tijuca, o veículo foi metralhado pelos policiais até que a

---

<sup>7</sup> Ver em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL50695-5606.00-ARQUIVO+G+SEQUESTRO+DO+ONIBUS.html>, acesso em 01/02/2010.

<sup>8</sup> Ver em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/08/296073544.asp>, acesso em 01/02/2010.

mãe conseguisse jogar pela janela uma bolsa de bebê, para avisar que se tratava de uma família<sup>9</sup>.

- Em setembro de 2009, durante um assalto, um bandido faz refém a dona de uma farmácia. Após mais de uma hora de tentativa de negociações, um atirador de elite acerta o alvo, liberando a refém em segurança. Diante do corpo do assaltante estirado no chão, pessoas aplaudiam a ação da polícia.

-O Rio de Janeiro é escolhido como sede das Olimpíadas de 2016, além da Copa em 2014. A população acredita que a cidade será um lugar mais seguro. Poucos dias depois, em outubro de 2009 ocorre a invasão de traficantes no morro dos macacos. Um helicóptero da PM caiu, alvejado por bandidos, com armas de fogo pesadas. Um carrinho de supermercado com um corpo é deixado num dos acessos ao morro. Os moradores dos arredores abandonam suas casas com medo do tiroteio<sup>10</sup>.

-Na mesma semana de outubro, um coordenador do Grupo Afroreggae é assassinado nas ruas do centro do Rio. Dois soldados da PM chegaram a abordar os bandidos, instantes depois, mas só apreenderam o fruto do roubo e liberaram os assassinos, em nenhum momento ninguém se aproximou da vítima, tudo foi filmado pelo circuito de segurança de um banco<sup>11</sup>.

Estas notícias são apenas uma breve amostra, entre tantas outras, do que presenciamos na última década. Este é o cenário em que a população no Rio de Janeiro vive, tomada pela “sensação de insegurança”. Neste contexto, a guerra contra as drogas é a maior responsável pelos altos índices de homicídios por arma de fogo, pela expansão carcerária e pelo aumento desproporcional de internações de adolescentes.

Uma pesquisa, realizada pelo Ibope no mês de agosto de 2009, revelou que o maior medo dos cariocas no dia a dia é ser atingido por uma bala perdida (36%). Em seguida, vem o medo de ser assaltado/furtado (23%), sair à noite (19%), medo da presença do tráfico de drogas (7%) e de ser abordado pela polícia (4%) (O Globo, 29/10/09, p.17).

---

<sup>9</sup> Ver em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL640078-5606,00-MENINO+JOAO+ROBERTO+E+ENTERRADO+AOS+GRITOS+DE+JUSTICA.html>, acesso em 01/02/2010.

<sup>10</sup> Ver em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/10/17/tiroteio-no-morro-dos-macacos-leva-panico-moradores-de-vila-isabel-grajau-derruba-helicoptero-da-pm-768099949.asp>, acesso em 01/02/2010.

<sup>11</sup> Ver em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/10/21/cameras-flagram-assassinato-de-coordenador-do-afroreggae-omissao-de-socorro-por-pms-770062691.asp>, acesso em 01/02/2010.

Na Zona Norte, área que concentra o maior número de domicílios em favelas, o percentual de pessoas que temem ser feridas chega a 44%. O medo não é infundado, o Instituto de Segurança Pública, em “Relatório temático sobre balas perdidas”, revelou que no primeiro semestre deste ano, das 79 pessoas (mortas ou feridas) vítimas de balas perdidas na capital, quase metade foi atingida em bairros da Zona Norte.

Embora não seja este o objetivo central do presente trabalho, é importante contextualizar a instalação do narcotráfico nas áreas urbanas pobres do Rio de Janeiro, até os dias hoje, a fim de não naturalizarmos os acontecimentos atuais.

O mercado de drogas (inicialmente a maconha) existe desde o início do século nas áreas de pobreza urbana do Rio. Era, no entanto, muito limitado e dirigido principalmente a consumidores locais. As “bocas de fumo” sobreviveram nessa escala até que o consumo se espalhou pela juventude de classe média no final dos anos sessenta (Misse, 1997, p.101).

Com o aumento da venda de maconha, o início da onda de assaltos a bancos e residências nos anos 70, a oferta e a nova procura por cocaína em meados dos anos 70, associada a organização de presidiários que se estrutura na Ilha Grande (“Falange Vermelha”, depois “Comando Vermelho”) e na Penitenciária Frei Caneca (“Falange do Jacaré”), ocorre a transição da “boca de fumo”, tradicional, para o “movimento” baseado no comércio de cocaína.

É a partir da nova e enorme demanda por cocaína, que os territórios foram “demarcados, invadidos, ocupados, disputados. Nas favelas, com pouca presença do Estado e um histórico de repressões, novos pontos de drogas se abriram a partir de um mercado tão promissor” (Dimenstein, Zamora, Vilhena, 2005, p.4)

No que diz respeito a infrações cometidas por adolescentes, o furto, que é amplamente dominante até o início dos anos 70, vai sendo substituído tendencialmente pelo roubo, a partir do mesmo período, até que em meados dos anos 80 os índices se invertem. O índice de roubo, a partir do auge de 1985, coincide com o período de crescente visibilidade (e efetiva ampliação) do tráfico de drogas nas áreas urbanas pobres (Misse, 1997, p.97).

No mesmo período observa-se a mesma tendência nos índices de criminalidade de adultos, a passagem do furto e do estelionato para os assaltos e roubos sistemáticos. Essa mudança ocorre no mesmo período em que o tráfico de cocaína se instala no Rio de Janeiro.

Quando os assaltantes de banco saem da cadeia, já estão organizados para o tráfico, que no início se desenvolve concomitante às “bocas de fumo” tradicionais, no mesmo espaço e organização social. Nas principais localidades: Juramento, Serrinha, Mangueira, Borel, Dendê, Pavão, Cantagalo, Rocinha, Zebu, Lucas, Vigário Geral, Cidade de Deus e Cidade Alta (Misse, 1997, p. 101). Segundo Misse:

Muitos moradores dessas áreas caracterizam essa “primeira fase” do tráfico em aberta descontinuidade com a segunda fase, marcada pela segmentação do “movimento” e pelo “enfraquecimento” do “Comando”, com a prisão e morte de suas principais lideranças. Para esses moradores, a primeira fase foi dominada por lideranças “maduras”, “experientes”, “que tinham respeito”, enquanto a segunda fase é dominada pelos “garotos”, “empolgados”, “muito violentos” e “sem respeito pelas famílias (Misse, 1997, p.99).

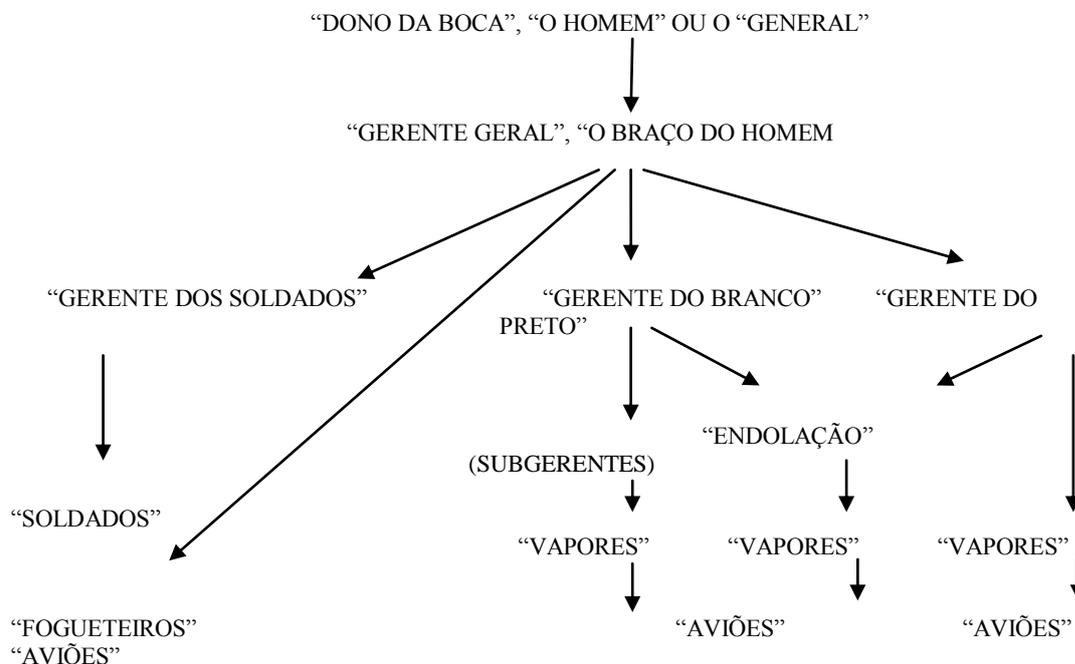
Todos na comunidade admitem a articulação entre o “movimento” e os assaltos, mas corresponde a diferentes formas de operar o poder no interior da organização local. Por exemplo, é comum se emprestar armamentos do “movimento” aos “garotos” que tencionam realizar algum assalto, desde que este seja longe da comunidade.

A organização do “movimento” começou com o “Comando Vermelho”, mas atravessou diferentes etapas mantendo, no entanto, uma estrutura local similar, que se mantêm mesmo quando a rede mais abrangente (que articula diferentes áreas) passa por modificações.

## Quadro

Fonte: Misse, 1997, p. 104.

Estrutura do “Movimento” nas áreas de tráfico do Rio: Hierarquia e Divisão de Atribuições.



Primeiro nível da hierarquia: o “dono” e seus “gerentes” (seus potenciais “herdeiros”).

Segundo nível: os vendedores diretos, são os “vapores” e “aviões”; e os “soldados”.

Por último, os “endoladores”, uma parte dos “aviões” de ocasião e os “fogueteiros”.

### Segundo Misse:

As linhas indicam uma dupla hierarquia sobreposta: econômica e de distribuição de poder. O “General” ou o “dono”, no topo, é aquele que “controla a área”. É conhecido pelo seu nome (geralmente apelido) pelos moradores do local, aonde ele vai (quando controla outras áreas) uma ou duas vezes por semana. Sua principal relação é com o seu “braço”, o gerente geral, que geralmente mora na área. O “gerente geral” é o principal responsável pela arrecadação geral, pela contabilidade, pelos pagamentos e pela distribuição da droga entre os demais “gerentes”, embora ele possa manter um “gerente da grana” (gerente da contabilidade geral). A estrutura de passagem da mercadoria é uma só, de cima para baixo: o “dono” compra de outro “dono”, à vista ou em consignação, ou diretamente de diferentes fornecedores regulares ou de ocasião, à vista. Passa, em geral, por consignação contabilizada, ou por venda, ao “gerente geral”. Este faz o mesmo (geralmente por consignação) aos “gerentes” da cocaína (“gerente do branco”) e da maconha (“gerente do preto”). Esses fazem o mesmo, também por consignação, ou a um “subgerente” (que terá seus “vapores”) ou diretamente aos “vapores”. (...) O “gerente do branco” é quem geralmente contrata e paga os trabalhadores que fazem a “endolação”, muitas vezes pessoas sem outro envolvimento com o “movimento”: mães de família, parentes, amigos, uma parte

dos quais também trabalhadores assalariados no “mercado formal”. Os “vapores” já recebem as cargas “endoladas”, vendem uma parte diretamente (para fregueses habituais, que compram em maior quantidade) mas, em geral, passam a maior parte, em consignação, para os “aviões” locais, e à vista para os “aviões” de fora. O “gerente dos soldados” é quem contrata e paga os “soldados”, isto é, o pessoal que mantém a ordem interna, que protege o serviço dos gerentes e vapores, que defende a área quando necessário e que é mobilizado para invadir novas áreas. Ele controla o armamento, o lugar onde ficam guardadas as armas e munições, e é quem distribui as armas, segundo o calibre e a “responsabilidade”, entre os “soldados”. É pago pelo “gerente geral” e, às vezes, liberado para utilizar ou emprestar as armas para assaltos (...) fora da área do mercado local da droga. Os “fogueteiros” são, em geral, crianças e adolescentes pagos pelo gerente geral para soltar fogos de morteiro a fim de sinalizar seja a chegada de uma nova “partida” de cocaína, seja a aproximação da polícia ou de um grupo rival armado, de outra área (os “alemão”, que num contexto geral significa “inimigo” e num contexto específico significa “soldados da polícia militar) (Misse, 1997, p. 106).

Essa estrutura se repete em todas as áreas e foi montada na primeira fase do tráfico, quando o Comando Vermelho controlava não só os presídios como as “áreas de fora”. O potencial de permanência dessa estrutura deve-se principalmente à constante rotatividade de quadros e ao grande poder de atração quem exercem sobre muitos jovens pobres dessas áreas, estes passam a ter acesso a bens e a um poder pessoal que nunca teriam acesso de outra maneira (idem).

Desde o início, o “dono” da área aplica regularmente parte de seus investimentos no mercado formal, adquirindo imóveis, frotas de táxi, lojas, como forma de sair da vida do crime mais tarde. O posto de dono é provisório e de alta rotatividade no comércio ilegal da cocaína nas áreas de pobreza urbana do Rio de Janeiro, bem como “endoladores”, “fogueteiros” e parte dos “aviões”. Mais arriscadas e geralmente definitivas são as inserções de “vapores” e “soldados”, que “parecem seguir outro padrão, não apenas mais subalterno e economicamente incapaz de produzir “saídas”, como também mais vulnerável à ação policial (Misse, 1997, p.107).

São poucos os que melhoram de vida, entre os vendedores diretos tudo o que se ganha, gasta-se rapidamente. A grande esperança dos que permanecem é controlar o “movimento”, o que pode suscitar diferentes estratégias, seja de lealdade com o antigo dono, seja de traição e “tomada de poder”. Entre os que entraram para o tráfico na década de 80, a maioria está presa ou morta. O que se vê hoje no tráfico é outra geração, recrutada cada vez mais cedo e caracterizada pelo uso da violência (idem).

Nos anos noventa, o consumo de cocaína popularizou-se no mundo e perdeu sua aura de sofisticação, atingindo estratos sociais mais baixos, faixas etárias menores, com preços mais acessíveis, especialmente após a criação, nos Estados Unidos, de uma nova forma de apresentação: o crack.

Quanto ao crack, se há dez anos se falava que estava instalado em São Paulo e já havia chegado ao Rio de Janeiro, hoje pode-se dizer que se instalou mesmo no Rio.

Em outubro de 2009, o jornal O Globo publicou um levantamento do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE) feito para o Instituto de Segurança Pública, que constatou o grande crescimento do crack no mercado das drogas do Rio. No ano de 2009, de janeiro a setembro, a apreensão de crack representou um aumento de 542% em relação ao mesmo período de 2008. Em 2008, as apreensões já tinham representado um crescimento de 38% em relação ao mesmo período de 2007.

No que diz respeito ao total de drogas apreendidas, a participação do crack também cresceu. Segundo o ICCE, em 2007 as pedras de crack representavam 5,5% do total de drogas apreendidas, como maconha e cocaína. Em 2008, esse índice passou para 9,2%. Estima-se que 90% dos moradores de rua sejam dependentes de crack.

O crack não vem de fora, é produzido em laboratórios clandestinos em algumas favelas. Na Rocinha e em Manguinhos, por exemplo já foram encontrados locais que produziam a droga (O Globo, 28/10/09, p.12).

O crack vem se tornando um problema cada vez maior, independente de classe. Em Outubro de 2009, músico de vinte e seis anos estrangula uma estudante de dezoito anos. A polícia foi chamada pelo pai do rapaz, que contou que o filho era viciado em crack há seis anos e já fora internado algumas vezes. Ele foi preso.

Na reportagem do dia 28/10/2009, o jornal publica que o secretário municipal de Assistência Social, Fernando William, informou que os primeiros centros de atendimentos específicos para jovens viciados em crack, seriam abertos ainda naquela semana. As unidades terão capacidade para atender 40 rapazes e 20 moças até 18 anos, e ainda está previsto um centro para mulheres adultas. O estado possui três unidades, onde atualmente estão internados 191 dependentes.

O secretário faz ainda uma denúncia: o crack estaria sendo usado na exploração sexual infantil: “A menina explorada ganha R\$ 5, dá R\$ 3 para o

aliciador e fica com R\$ 2 para comprar crack” – disse Fernando William (O Globo, 28/10/09, p.12). Já os meninos, conseguem dinheiro esmolando, limpando os vidros dos carros nos sinais, como engraxates ou roubando mesmo.

O Escritório de Drogas e Crime das Nações Unidas (UNODC), em seu relatório anual divulgado em junho de 2009, anuncia a queda, ou pelo menos um cenário de estabilidade no consumo de cocaína, maconha e derivados do ópio. Por outro lado, traz um alerta para a alta no consumo de drogas sintéticas, especialmente nos países emergentes, como o Brasil (O Globo, 25/06/2009, p.31).

A reportagem ressalta que o que chamou mesmo a atenção de especialistas foi a mudança de postura da ONU no combate ao problema. Antonio Maria Costa, diretor do UNODC, defendeu a descriminalização do consumo de drogas e mais investimentos na ação policial e de inteligência contra a produção e o comércio, especialmente contra os cartéis de drogas espalhados pelo mundo. Trata-se de uma política fora de sintonia com a abordagem mais dura dos EUA e seu Escritório para Política de Controle de Drogas, cujo recém nomeado titular, Gil Kerlikowske, também participou do lançamento do relatório.

Costa fez um apelo para que os países ofereçam tratamentos mais acessíveis para os dependentes, afirmando que “eles precisam é de ajuda médica, não de retaliação policial”. O secretário pediu ainda “o fim da tragédia das cidades sem controle”: “Moradia, trabalho, educação, serviços públicos e lazer podem tornar comunidades menos vulneráveis ao crime e às drogas”.

Misse atenta para o fato de que todas essas redes sociais que interligam mercados legais e ilegais, formais e informais, mercadorias políticas criminalizadas (propinas, chantagens, redes de proteção) e mercadorias de criminalização contextual (como, por exemplo, o jogo, o aborto, a prostituição e as drogas) não adquirem necessariamente contornos espaciais ou comunitários e nem constituem “setores”, mas, antes, percorrem complexamente todo o conjunto do tecido social, político e econômico. Quando algum contorno espacial-comunitário se desenha, quando uma “territorialização” pode ser identificada, a questão parece ganhar uma dimensão política completamente diferente daquela que se encontra na criminalidade pulverizada, seja ela convencional ou não. Se por um lado essa territorialização reforça estereótipos e estigmatiza importantes segmentos sociais do espaço urbano, por outro passa a constituir efetivamente

novas redes de sociabilidade, as quais emergem das relações de poder que demarcam esses territórios (Misse, 1997, p.95).

O que vemos então é a construção de relações sociais e subjetivas específicas, produto da nossa imersão na cultura.

### **3.3 Território e Subjetividade**

Como dito anteriormente, este trabalho surge a partir da escuta de adolescentes que cometeram ato infracional, e que tiveram a oportunidade de cumprir em meio aberto, medida socioeducativa de tratamento psicológico ou tratamento antidrogas.

A maioria dos adolescentes que recebem esse tipo de medida, geralmente cometeu algum ato infracional leve, como roubo, furto, se envolveu em alguma briga ou foi apreendido com “flagrante”. A grande maioria foi flagrada com maconha, para uso próprio.

Certamente que essa forma de atendimento, compulsório, contraria o princípio básico do que se espera como terapêutico eficaz. Isto porque não parte dos jovens a primeira demanda, iniciativa de querer/aceitar/buscar algum tipo de ajuda.

Ao ocupar o lugar de estagiária do Serviço de Psicologia deste Juizado, tive a oportunidade de perceber que alguns adolescentes, daqueles que se empenhavam em comparecer aos atendimentos, comentavam que gostavam de ir ao juizado porque lá eles podiam falar sem se sentirem julgados.

Certo dia, em seu segundo atendimento, um adolescente relatou por mais de uma hora todo o tipo de violência que ele via por perto, no bairro em que morava e nos lugares em que costumava freqüentar. Num tom de desabafo, incansável, cada história seguida de outra, cheias de detalhes sangrentos, mortes, corpos estirados na rua. Essa era a história que ele tinha para contar. O lugar em que ele morava era alvo das suas críticas. Ele estava cansado de ver seus amigos morrerem, ou se perderem para o tráfico. Confessou que pediu pra entrar também, mas não deixaram, disseram que ele era muito inteligente e que tinha que estudar.

Voltaremos a história de João Carlos no último capítulo. Aqui, cabe ressaltar que assim como ele, grande parte da população, vivencia cotidianamente

cenas de violência, o que seguramente contribui para a formação de um certo tipo de subjetividade.

Nenhuma identidade, seja ela individual ou coletiva, pode ser construída fora de sua cultura de referência. Os sujeitos ligam-se aos lugares e os reconhecem no curso de sua vida. Os lugares tem histórias que se confundem com a própria história do sujeito (Vilhena, 2002b)

A exclusão social em virtude da pobreza e da miséria desencadeia um processo de desvinculação social/espacial. A exclusão econômica é talvez uma das mais graves, pois pode gerar outras formas de exclusão, que podem ser cultural, territorial e étnica (Feijó, Assis, 2004, p. 2).

Quem vive nas áreas pobres do Rio de Janeiro, está exposto a todas as formas de exclusão, vive totalmente à margem. Há situações em que a população vive há cerca de quarenta anos em residências provisórias, e esperam até hoje por uma resolução definitiva por parte das autoridades competentes, como no caso da Cidade de Deus<sup>12</sup>.

Além de tudo, os episódios de violência obrigam as pessoas a se isolarem para se proteger, provocando o distanciamento das relações, o que de maneira alguma exclui as relações de apoio e solidariedade. De um modo geral, o que acontece é que as pessoas limitam sua circulação (Vilhena, 2003).

A dominação do tráfico também destrói famílias quando leva seus entes queridos, seja pelas drogas que oferecem, seja recrutando os jovens para o tráfico ou tirando a vida fortuitamente, mortos por “bala perdida” ou acertos de contas.

Pergunta-se então, o que significa nascer e crescer em áreas dominadas pelo tráfico?

Além da submissão ao tráfico, as pessoas que moram na favela se deparam com cenas cotidianas de violência e barbárie. Tiroteios, ônibus incendiados,

---

<sup>12</sup> “A Cidade de Deus foi projetada para ser um bairro modelo, com um conjunto habitacional para atender famílias de baixa renda. A ideia inicial era abrigar moradores da Zona Sul, como os da Praia do Pinto, no Leblon, e da Macedo Sobrinho, no Humaitá. Mas as fortes chuvas em janeiro de 1966, que deixaram milhares de desabrigados, fizeram com que as casas fossem ocupadas antes da conclusão das obras. Segundo o arquiteto Giuseppe Badolato, que projetou o local em 1964, quem batizou a favela foi a então presidente do Banco Nacional de Habitação (já extinto), Sandra Cavalcanti, mulher muito religiosa:

-Infelizmente a Cidade de Deus virou depósito de gente.

Segundo o Instituto Pereira Passos, a Cidade de Deus é considerada um bairro, com área de 135,5 mil metros quadrados. Nas contas da Região Administrativa local, são 130 mil habitantes.

A guerra entre quadrilhas da mesma facção sempre foi uma característica do lugar. Além disso, durante os confrontos com a polícia, os bandidos instigavam moradores a incendiarem ônibus e fecharem vias” (O Globo, 14/09/2009, p.12).

sangue, corpos estirados, carregados de qualquer jeito ou até mesmo num carrinho de supermercado.

De um modo geral, toda a população é afetada por estes conflitos. Mas, a população pobre, que mora em favelas, vive essa realidade diuturnamente.

A “favela”, termo que se transformou em sinônimo para “áreas urbanas pobres”, acaba por representar o lugar do crime e da violência, é o lugar onde estão os “inimigos”. Mas, sabendo-se que apenas a minoria é que está envolvida no crime, estamos no campo da “subjetividade confinada em territórios marcados pela violência das desigualdades de oportunidades de vida, a qual fabrica e re-atualiza, cotidianamente, novas expressões (Dimenstein, Zamora e Vilhena, 2005, p.9)

Os lugares ficam então, marcados pelo seu histórico. Redesenhando os “lugares perigosos”, a cidade vai ganhando novos contornos, traçando mapas de segregação sócio-espacial, o que certamente provoca efeitos nas produções subjetivas. Segundo Vilhena “é no território, enquanto construção social, que o indivíduo produz a sua subjetividade. Desse lugar nós falamos e somos ouvidos, nós respeitamos e somos respeitados, nos sentimos completamente excluídos ou parte de um todo” (Vilhena, 2002b, p.50). Segue Vilhena:

Desta maneira, podemos dizer o lugar de onde se vem, onde se trabalha, onde se mora, estão diretamente ligados ao sujeito, que os reconhece ao longo da vida. É também no lugar, enquanto construção social, que os sujeitos produzem sua subjetividade. E, a partir dele, é possível pensar o viver, trabalhar, formar laços sociais e identificar-se com os semelhantes (Vilhena, 2006, p.3).

As distâncias aumentam, formando-se uma espécie de “abismo social” que separa as classes. As relações entre os segmentos sociais no percurso da cidade acontecem atravessadas pela desconfiança e temor ao outro. A mídia se encarrega do estardalhaço, freqüentemente mostrando a juventude pobre como responsável pelo medo e sensação de insegurança, o que certamente constrói determinadas formas de apropriações subjetivas. Segundo Vilhena:

Nenhuma subjetividade, individual ou coletiva, pode ser construída fora de um território que compõe o “ser” de cada grupo social, por mais que sua cartografia seja reticulada, sobreposta e/ou descontínua. O espaço é, portanto, um campo de construção da vida social, é fundamental por ser identitário, relacional e histórico (Vilhena, 2004, p.98)

Porém, em lugares em que as famílias se vêem isoladas do espaço público e diante da ausência de redes sociais, cada dia é uma luta diária pela sobrevivência. As crianças crescem assistindo seus pais muitas vezes se sacrificando para sustentar a família, e do outro lado, vêem o volume de dinheiro que o tráfico

movimenta. Aquele que vem de fora, que não mora na favela é reconhecido como diferente.

Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual o sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos (Guattari e Rolnik, 1986, p.323, apud Dimenstein, Zamora e Vilhena, 2005, p.9)

A exclusão econômica não explica a violência que presenciamos cotidianamente, é necessário que se compreenda a natureza simbólica da exclusão a que boa parte da população é condenada. Segundo Bezerra:

A pobreza só é fonte de violência na medida em que a riqueza econômica e o consumo de bens materiais se tornam valores hegemônicos, deixando todos os demais valores num plano secundário. Somente numa cultura que enaltece a posse do dinheiro e bens como expressão de sucesso, de uma vida digna de ser vivida, a pobreza tende a ser vivida como exprimindo o contrário. Num contexto como este, a pobreza [...] implica [...], sobretudo, uma restrição simbólica, e como tal precisa ser negada de qualquer forma, mesmo com o recurso à violência (Bezerra Jr, 2006, p.45).

Acontece que a realidade social, especialmente no Rio de Janeiro é extremamente desigual. Apesar da exclusão econômica, os pobres estão submetidos aos mesmos valores calcados no sucesso material individual. Neste sentido, seguindo o raciocínio de Bezerra, para afirmar a vida como digna de ser vivida, os adolescentes das camadas pobres usam a violência como forma de positivá-la (simbolicamente). E também de tentar alcançar o sucesso material tão difundido pela mídia. Diferente do que acontece na Índia, por exemplo, onde o sistema de castas impõe uma hierarquia rígida, na qual cada um tem o seu lugar definido a priori.

A falta de referenciais simbólicos e culturais proporciona um certo desenraizamento cultural que atinge as populações moradoras de favelas e periferias no que diz respeito aos seus costumes, tradições, crenças e outros aspectos de seu patrimônio cultural, gestado ao longo de muitas gerações e herdado de seus ancestrais, sejam negros, sejam nordestinos (Dimenstein, Zamora e Vilhena, 2005, p.11).

A violência aparece, portanto, principalmente como resultado de uma exclusão que é simbólica, frente a uma existência sem sentido. Na cultura

ocidental, do mercado de consumo, o único meio de ser reconhecido socialmente é através da exibição de ícones materiais.

Boa parte da população brasileira vive, assim, uma experiência perturbadora: a de estar incluída no imaginário de consumo e do individualismo, ao mesmo tempo que se encontra efetivamente excluída das possibilidades de vir a realizar o que este imaginário incita a fazer (Bezerra Jr, 2006, p.49).

Em sociedades complexas e desiguais, o pobres excluídos, em meio a falta de opções, na impossibilidade de escolha e sem defesas, tornam-se também “não-afiliados”, desenraizados. Confinados em espaços delimitados, identificados como sendo o “da violência, do crime, da pobreza”, o processo de afirmação identitária pode se ver comprometido, ou ancorado em valores que não os da coletividade, podendo, inclusive ser fonte de loucura e sofrimento.

Nesta sociedade altamente competitiva, é reconhecido como vencedor aquele que é capaz de conquistar aquilo que todos almejam: dinheiro, sucesso, fama, carro do ano, etc. Cabe perguntarmos então, quais são os meios e os limites daqueles que querem vencer a qualquer preço no sentido de poderem se sentir reconhecidos como pertencentes à esta sociedade?

Pensando nos jovens a que este trabalho se dedica, nem mesmo a morte é limite. Num trecho da Rua Bartolomeu Mitre, na Zona Sul do Rio de Janeiro, próximo ao Hospital Miguel Couto, está escrito pelo menos desde 2004, até a presente data:

*“Pra que o medo se o futuro é a morte”<sup>13</sup>*

Apesar da morte certa, muitos jovens se envolvem com o tráfico e não é apenas por dinheiro. Eles agora passam a ser vistos, ganham status, namoradas; despertam admiração ou medo. Através da violência deixam de ser invisíveis, impondo sua presença ao olhar do outro, agora passam a sentirem-se respeitados.

Segundo Calligaris, (1996) os sujeitos não só preexistem ao tecido das relações, como também são efeitos delas. A falta de referenciais simbólicos culturais produzidos nas sociedades complexas promove o sentimento de não-pertencimento, de não-filiação. Os filhos desse referencial encontram-se perturbados, muitas vezes numa procura desesperada de uma referência que os

---

<sup>13</sup> A inscrição fora apagada com uma camada de tinta em dezembro de 2009.

proporcione um sentimento de pertencimento, de inclusão (Dimenstein, Zamora e Vilhena, 2005, p.11).

É importante deixar bem claro que a delinqüência não pode ser circunscrita a uma classe, nem reduzida a uma patologia social. O ato delinqüente é, muitas vezes, uma busca de filiação, de reconhecimento (Vilhena, 2002a), rejeitado pela *polis*, a violência seria uma marca que permitiria ao sujeito emergir de um lugar não escolhido por ele.

Apesar da vida nas favelas sofrer o impacto da violência, em suas mais diversas formas de manifestação, presentes no cotidiano, é claro que os moradores não são somente vítimas nesse processo. As favelas são lugares de criação e solidariedade, com estratégias de sobrevivência diante da pobreza, que produz padrões subjetivos de sociabilidade muito particulares, mas que se encontram cada vez mais ameaçadas.